

RECURSO ESPECIAL Nº 1.691.284 - SC (2017/0212300-7)

RELATOR : **MINISTRO LUIS FELIPE SALOMÃO**
RECORRENTE : CIA CATARINENSE DE RADIO E TELEVISAO
ADVOGADOS : DANIELA DE LARA PRAZERES - SC012204
JARBAS ADRIANO FEIDEN E OUTRO(S) - SC019735
RECORRIDO : UNIMED GRANDE FLORIANÓPOLIS - COOPERATIVA DE
TRABALHO MÉDICO
ADVOGADOS : MILTON LUIZ CLEVE KUSTER - PR007919
EVERALDO LUÍS RESTANHO E OUTRO(S) - SC009195
RECORRIDO : ORIDINO CLARISDINO DE BRITTOS
RECORRIDO : JANICE ESPÍNDOLA LUZ
ADVOGADO : DEYVID INÁCIO ESPÍNDOLA LUZ - SC022771
AGRAVANTE : ORIDINO CLARISDINO DE BRITTOS
AGRAVANTE : JANICE ESPÍNDOLA LUZ
ADVOGADO : DEYVID INÁCIO ESPÍNDOLA LUZ - SC022771
AGRAVANTE : UNIMED GRANDE FLORIANÓPOLIS - COOPERATIVA DE
TRABALHO MÉDICO
ADVOGADOS : GUILHERME LUIZ RAYMUNDI - SC033466
LUIZ FERNANDO PERIARD SCHWEIDSON E OUTRO(S) - SC044610
AGRAVADO : OS MESMOS

EMENTA

DIREITO CIVIL. RECURSO ESPECIAL. PLANO DE SAÚDE COLETIVO. AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL DA OPERADORA DO PLANO DE SAÚDE PROVIDO. PREJUDICADO O RECURSO ESPECIAL INTERPOSTO PELO BENEFICIÁRIO. RECURSO NÃO PROVIDO.

1. O recurso especial interposto pela parte beneficiária do plano de saúde deve ser julgado prejudicado, visto que o apelo interposto pela parte contrária - a operadora do plano de saúde, foi acolhido para afastar o direito de permanência no plano de saúde coletivo, tese essa contrária à pretensão da parte ora recorrente.

2. Recurso especial não provido.

DECISÃO

1. Cuida-se de recurso especial interposto por ORIDINO CLARISDINO DE BRITTOS e JANICE ESPÍNDOLA LUZ, com fundamento no art. 105, III, *a* e *c*, da Constituição da República, contra acórdão proferido pelo TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SANTA CATARINA, assim ementado:

CIVIL E CDC PLANO DE SAÚDE APOSENTADORIA

MANUTENÇÃO DO PLANO EXISTENTE QUANDO NA ATIVA LEI N. 9.656/98, ART. 31 MENSALIDADE SUPORTADA PELO EMPREGADOR BENESSE QUE INTEGRA A REMUNERAÇÃO SALÁRIO INDIRETO INCIDÊNCIA.

"Ainda que o consumidor não tenha contribuído diretamente com a contraprestação pecuniária para o custeio do seguro saúde, tendo arcado apenas com a co-participação quando da utilização dos serviços, considera-se que houve contribuição, tendo em vista que o seguro saúde fornecido pela empresa tem o caráter de salário indireto (TJDF, AC n. 20100710078598, Segunda Turma Cível, rel. Des. Sérgio Rocha, j. 1º-2-2012)" AC n. 2014.008432-2, Des. Maria do Rocio Luz Santa Ritta).

INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS INADIMPLEMENTO CONTRATUAL MERO ABORRECIMENTO CONSEQUENCIAL

A concessão da verba reparatória a título de indenização por dano moral pressupõe a existência de um fato com eficácia para causar abalo psicológico ao ofendido, seja pelo sofrimento psíquico interno, seja pela desonra pública. Noutros termos, o incômodo sofrido, por si só, não dá margem à indenização por danos anímicos. É preciso que reste configurado o prejuízo moral.

ILEGITIMIDADE PASSIVA DA EX-EMPREGADORA AFASTAMENTO ESTIPULANTE DO CONTRATO DE PLANO DE SAÚDE LEGITIMIDADE AD CAUSAM Em relação de consumo baseada em contrato de plano de saúde é reconhecida a legitimidade passiva da estipulante e da seguradora" (AC n. 2011.088915-6, Des. Monteiro Rocha).

CONDENAÇÃO POR DANOS MATERIAIS IMPOSSIBILIDADE LESÃO PATRIMONIAL AUSÊNCIA DE PROVA

A reparação por prejuízos materiais demanda a comprovação da existência de efetiva lesão causada ao patrimônio do postulante.

HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS MAJORAÇÃO DESCABIMENTO

Em atendimento aos critérios fixados nas alíneas "a", "b" e "c" do § 3º do art. 20 do Código de Processo Civil de 1973, a ausência de complexidade e a repetitividade da causa recomendam a fixação dos honorários aquém do limite máximo de 20% sobre o valor da condenação. - [grifou-se]

Opostos embargos de declaração, pela parte ora recorrida, foram esses rejeitados - (fls. 614-619).

Já quanto ao embargos de declaração opostos pela Companhia Catarinense de Rádio e Televisão foram esses últimos acolhidos apenas para suprir a omissão quanto à responsabilidade de cada uma das demandadas, sem alterar o julgado quanto ao mérito - (fls. 255-259).

Nas razões recursais aponta a parte recorrente, além de dissídio jurisprudencial, ofensa ao art. 31 da Lei 9.656/98, sustentando que o acórdão recorrido agiu com desacerto ao submeter os recorrentes ao atual plano de saúde contratado pela

Superior Tribunal de Justiça

ex-empregadora com outra Unimed estranha à lide, já que considera que seu direito é de ser mantido naquele mesmo plano de saúde que vigorava durante sua vigência do contrato de trabalho.

Pleiteia ainda pela retomada e majoração da condenação a título de danos materiais e morais, bem como pela reforma e reconhecimento das astreintes.

Contrarrazões ao recurso especial às fls. 781-788.

É o relatório.

DECIDO.

2. Em face dos fundamentos constantes da DECISÃO desta relatoria que deu provimento do recurso especial interposto pela parte adversa, UNIMED GRANDE FLORIANÓPOLIS COOPERATIVA DE TRABALHO MÉDICO, na qual se reconheceu a total improcedência da pretensão deduzida na inicial pela parte autora e ora recorrente, ORIDINO CLARISDINO DE BRITTOS e OUTRA, ficam totalmente prejudicadas as teses ora propugnadas no presente recurso especial, por sua total incompatibilidade.

3. Ante o exposto, NEGO provimento ao recurso especial interposto por ORIDINO CLARISDINO DE BRITTOS e OUTRA.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 11 de novembro de 2019.

Ministro Luis Felipe Salomão

Relator